

A MATERNIDADE DA MULHER ENCARCERADA

MOTHERHOOD OF INCARCERATED WOMEN

Rafaela Witzke da Costa¹

Rivaldo Vieira²

Maria Adelaide Pessini³

COSTA, R. W. da.; VIEIRA, R.; PESSINI, M. A. A maternidade da mulher encarcerada. **Akrópolis** Umuarama, v. 19, n. 3, p. 141-153, jul./set. 2011.

RESUMO: Este artigo busca conhecer a situação atual da mulher inserida no sistema prisional brasileiro e, compreender a importância do ser mãe na constituição da pessoa e como a mulher/mãe exerce sua maternidade presa. Visa ainda apresentar a contribuição que a Abordagem Centrada na Pessoa pode aliviar o sofrimento causado por esta separação, por meio do atendimento grupal, pois esta abordagem acredita na tendência atualizante existente em cada pessoa que impulsiona na busca do crescimento e da autorealização. Em vista disso, faz-se necessário discorrer sobre o desenvolvimento histórico da Psicologia Humanista e da Abordagem Centrada na Pessoa, seus conceitos fundamentais; o sistema prisional brasileiro com ênfase no feminino; a importância materna na constituição da pessoa, e por fim o papel materno da mulher encarcerada. O contato com esta pesquisa estimula a necessidade de se aprofundar no conhecimento desta realidade e, contribuir com o processo de humanização do sistema prisional brasileiro, quanto à realidade da mulher/mãe encarcerada, a fim de buscar novas alternativas prisionais que diminuam o sofrimento desta separação e proporcione um contato maior e melhor entre mães e filhos.

PALAVRAS-CHAVE: Abordagem Centrada na Pessoa; sistema prisional; mulher encarcerada; maternidade.

ABSTRACT: This article aims to know the present situation of the woman who is inside the Brazilian prison system, and to understand the importance of being a mother as a person and how this woman/mother acts in her motherhood while she is in prison. This work also aims to show the contribution that the approach focused on the person can give in order to relieve the suffering which was caused by this separation through group assistance, because it is believed that the current existing tendency in each person that leads to a search for the growth and the personal fulfillment. Therefore, it is necessary to discuss about the historical development of the Humanistic Psychology and the Person-centered Approach, fundamental concepts, the Brazilian prison system mainly for women; the maternal importance of a person's constitution and, finally, the incarcerated woman's maternal role. The contact with this research stimulates the need of knowing this reality better and contributes to the process of the Brazilian prison system humanization when refereeing to the reality of the female/mother prisoner in order to get new prison alternatives which reduce the suffering of this separation and offer a bigger and better contact between mothers and children.

KEYWORDS: approach concerned with the person; prison system; female prisoner; maternity.

¹Discente do 4º ano do curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR. E-mail: rafa.w.costa@hotmail.com. End. Rua Marialva, 5530. Edifício Las Vegas, apto 201. Zona II. CEP: 87502-100

²Discente do 4º ano de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR. E-mail: rivaldocapuchinho@yahoo.com.br End. Rua Cambé, 4240. Zona II. CEP: 87502-160.

³Docente do Curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR/Sede. Mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela Puc/RS. E-mail: pessini@unipar.br. End. Av. Brasil, 4522, Apto. 204. CEP: 87.501-000..

INTRODUÇÃO

A Psicologia como ciência que procura compreender o homem em seus múltiplos aspectos intra e inter-relacionais vem contribuindo para o desenvolvimento histórico da humanidade. Dentre a diversidade de percepções de homem, a Psicologia Humanista surge com o objetivo de evidenciar o potencial positivo existente em cada pessoa. A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) mediante a aceitação incondicional, compreensão empática e congruência, visa, por meio do atendimento grupal, ajudar a pessoa a resgatar sua tendência atualizante, facilitando o processo de superação de suas incongruências.

Nesta perspectiva, a ACP que acredita ser a pessoa capaz de se autogerir, busca otimizar essa capacidade na mulher encarcerada, apoderando-a desse potencial positivo. A conscientização desta força positiva existente proporciona à mulher presa viver sua maternidade no cotidiano prisional, suportando e superando a dificuldade do contato com os filhos, a distância, a falta de informação e o sentimento de abandono. A tendência atualizante presente na vida destas mulheres, permite que elas busquem alternativas positivas de mudanças de vida após saírem da prisão.

Segundo o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN), o total de presos atualmente no Brasil é de 461.069, sendo 6,6% do sexo feminino, dando um total de 31.401 mulheres detentas. Enquanto o número de homens presos cresce 4%, o de mulheres aumenta 11% - quase o triplo, e metade delas, sequer, foi julgada. Pesquisas indicam que 43% dessas prisões estão diretamente relacionadas ao tráfico de drogas.

Além de estarem presas sem terem sido condenadas, nem mesmo julgadas, poucas têm acesso aos exames pré-natal e não existem normas que regulamentem o tempo de amamentação para aquelas que têm bebês recém-nascidos. Também, na maioria dos presídios, as mulheres encarceradas não têm direito a visitas íntimas, os quais são garantidos há mais de 20 anos aos homens. Esses são alguns resultados que comprovam a verdadeira falência do sistema carcerário brasileiro. Um sistema predominantemente masculino, feito por homens e para homens, no qual as diferenças entre homens e mulheres ficam ainda mais cruéis e evidentes

dentro da prisão.

De acordo com Stella (2009), dados do Censo Penitenciário (2002) do Estado de São Paulo revela que o confinamento das mulheres provoca sérios abalos na estrutura familiar, e o filho desamparado, pelo aprisionamento materno, tem muitas chances de retroalimentar a “carreira do crime”.

No Brasil poucos profissionais se interessam em realizar pesquisas nesta área, porém, de forma sutil, está crescendo um novo olhar para a maternidade no contexto prisional. Stella (2009) acrescenta dizendo que na produção internacional, embora haja uma quantidade pequena de trabalhos publicados, nos últimos tempos, vem crescendo o interesse de profissionais e pesquisadores sobre o assunto, talvez pelo aumento do número de homens e mulheres presos, especialmente nos EUA, país de onde provém grande parte da literatura sobre o tema.

O presente estudo tem por objetivo evidenciar, por meio da pesquisa bibliográfica, a realidade atual das mulheres encarceradas na vivência da sua maternidade e como a Abordagem Centrada na Pessoa, na modalidade de atendimento grupal, pode contribuir na conscientização do potencial positivo presente em cada uma delas, apesar da dura realidade do cárcere privado.

Portanto, este estudo foi elaborado de tal maneira que proporcione uma melhor compreensão da Psicologia Humanista no seu desenvolvimento histórico; a história e os conceitos fundamentais da Abordagem Centrada na Pessoa; as atitudes facilitadoras do terapeuta no atendimento grupal; a realidade atual do sistema prisional brasileiro com ênfase na prisão feminina; a importância materna na constituição da pessoa e por fim as dificuldades da vivência materna das mulheres presas.

O desenvolvimento histórico da Psicologia Humanista

A história da Psicologia como ciência é recente, dentro do contexto das ciências positivistas, porém riquíssima em conteúdos de conhecimentos sobre o homem. Esta história tem suas origens nos finais do século XIX, mas continua evoluindo e trazendo novas descobertas nas suas concepções de homem. Dentro deste complexo contexto da ciência psicológica é necessário compreender as diversas visões de

homem que vão surgindo no decorrer da história e das novas descobertas. Isso revela a dinâmica da ciência no seu espírito de criticidade e flexibilidade frente à história. A Psicologia Humanista deve ser vista e compreendida a partir dessa evolução histórica.

Segundo Boainain (1998) a Psicologia Humanista surgiu no final da década de 1950 e início da de 1960 como reação ao Behaviorismo e à Psicanálise Clássica, duas grandes “forças” da Psicologia Americana. Graças aos esforços de Abraham Maslow e Anthony Sutich, o movimento humanista pôde ser articulado, organizado e institucionalmente criado como a Terceira Força da Psicologia. Maslow organizou um grupo de psicólogos menos ortodoxos e mais afinados com suas próprias ideias, a fim de manter trocas de informações e mediante artigos e discussões criou a Rede Eupsiquiana, ressaltando o interesse pela saúde psicológica, negligenciado, segundo ele, pela Psicanálise e pelo Behaviorismo. Sutich intenso colaborador de Maslow articulou a criação da Revista de Psicologia Humanista, denominando oficialmente o nome do movimento humanista, a partir do primeiro número da publicação da revista lançado em 1961. Em 1963 foi fundada a Associação Americana de Psicologia Humanista, consolidada no ano seguinte, numa conferência realizada na cidade de Old Saybrook nos Estados Unidos, com a presença de grandes nomes expoentes do movimento, inclusive Carl Rogers. Com sua rápida e sólida ascensão, a Psicologia Humanista se mostra hoje fortemente estabelecida e respeitada no contexto da Psicologia mundial, em seus campos teórico, acadêmico e de aplicação.

Ainda de acordo com Boainain (1998) a Psicologia Humanista não se identifica ou inicia com o pensamento de determinado autor ou escola, contrariando as “forças” anteriores – a Psicanálise e o Behaviorismo. Ela congrega diversas tendências que se opõem às anteriores e se convergem em torno de algumas propostas comuns, sendo:

a) Teorias neopsicanalíticas – crítica a visão pessimista, determinista e “psicopatologizante” atribuída a Freud e a impessoalidade da técnica transferencial. Os humanistas veem com bons olhos os discípulos dissidentes de Freud como Adler, Rank, Jung, Reich e Ferenczi e recebem as contribuições da psicanálise americana de Horney, Sullivan, Erickson e toda a corrente de psicanalistas do ego e culturalistas

em geral. Fromm e Nuttin chegam a tomar parte ativa no movimento.

b) Gestaltistas holistas – A Psicologia Humanista retoma, em grande parte, as propostas da Psicologia da forma alemã, em especial a visão holista e organísmica do ser humano e seu envolvimento ambiental. Lembremos alguns autores: Goldstein, Angyal e Lewin. Este último foi um dos principais influenciadores no extraordinário desenvolvimento e aplicação de técnicas de trabalho grupal, que caracterizam o movimento da Psicologia Humanista. Destaca-se ainda as influências dos gestaltistas como Perls e Fritz, que criou a gestalt-terapia marcando um extraordinário desenvolvimento da Psicologia Humanista nas décadas de 1960 e 1970.

c) Psicologias existenciais – A Psicologia Humanista foi enriquecida com a perspectiva fenomenológica e existencial, a ponto de, por vezes ser denominada psicologia existencial-humanista. Os psicólogos existenciais Boss, Binswanger, Van Den Berg, Tillich e Rollo May colaboraram com a difusão e divulgação da Psicologia Humanista. Os filósofos que mais influenciaram a Psicologia Humanista americana foram Kierkegaard, Buber e Nietzsche. Os humanistas receberam grande apoio de Viktor Frankl, criador da logoterapia.

d) Escolas americanas de psicologia da personalidade – por meio de alguns de seus expoentes como Allport, Murphy, Murray, Kelly, Ellis, Maslow e Rogers, assim como toda a escola de Psicologia do *self* contribuíram com o movimento humanista.

e) Outras influências – A nova visão de homem apresentada pela Psicologia Humanista, em oposição à Psicanálise Clássica e ao Behaviorismo possibilitou a integração de simpatizantes e outros contestadores do sistema.

Para Boainain (1998) o rápido desenvolvimento e a aceitação da Psicologia Humanista está intrinsecamente ligado ao contexto cultural da década de 60, com os anos de acentuado questionamento e de mudanças nas sociedades ocidentais. Anos de revoltas políticas e de mudanças nos costumes, principalmente, a juventude que contestava o sistema e os valores morais estabelecidos, por meio dos movimentos estudantis, movimento hippie, bem como a mobilização pacifista contra a Guerra do Vietnã, o ativismo político, as organizações raciais e feministas, a revolução nas artes, a oposição ao materialismo consumista, a valorização do corpo, do

sentimento, do amor livre, da ecologia, etc. Todo esse movimento cultural encontra na Psicologia Humanista uma identificação pela sua proposta em favor da mudança social e cultural em direção a uma sociedade de valores mais humanos, menos controladora, mais atenta às necessidades intrínsecas de autorrealização, mais criativa e lúdica, envolvendo relações pessoais mais abertas, autênticas, autoexpressivas e prazerosas a fim de que a pessoa, em sua liberdade e autodeterminação seja o valor supremo. Dentro do contexto de humanismo, Carl Rogers a partir de suas experiências de atendimento individual e grupal cria a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP).

História e desenvolvimento da Abordagem Centrada na Pessoa - ACP

Opondo-se à Psicanálise e à Psicologia Comportamental, que até então eram os principais modelos teóricos na Psicologia, a Abordagem Centrada na Pessoa vem inserida na corrente filosófica do Humanismo, trazendo uma nova visão de homem dentro da psicoterapia, que tem como seu criador Carl Ransom Rogers. Este autor acreditava que todo ser humano é livre para fazer escolhas e possui uma tendência atualizante que o torna capaz de contornar os obstáculos e buscar o crescimento. AACP se diferencia por não haver técnicas específicas, pois acredita que a melhor maneira de ajudar alguém é confiar nela e em sua possibilidade de buscar, sentir e direcionar sua própria necessidade de mudança. Visa facilitar à pessoa condições ideais para que esta tenha maior possibilidade de entrar em contato consigo mesma. O papel do facilitador (psicoterapeuta) é colaborar para que a pessoa busque nela mesma a direção do seu projeto de vida.

Segundo Boainain (1998), a Abordagem Centrada na Pessoa se diferencia por um desenvolvimento ativo, maleável e não-dogmático, com constantes reformulações conceituais e ampliações do campo de interesses e de atuação. As denominações que identificavam o pensamento rogeriano como orientação não-diretiva e terapia centrada no cliente foram sendo substituídas pela denominação Abordagem Centrada na Pessoa, mas esses termos ainda são muito utilizados. AACP foi proposta por Rogers na década de 1970, mas sua origem e base teórica vêm sendo estudada e aplicada desde meados

da década de 1930. Rogers iniciou sua carreira como psicoterapeuta, e em 1928 obteve seu Ph.D em Psicologia Clínica. Após isso trabalhou doze anos como psicoterapeuta no “Rochester Society for the Prevention of Cruelty to Children”, onde mais tarde se tornou diretor. Começou a se questionar sobre o que fazia para ajudar seus pacientes e como poderia ajudá-los. Desde então mudou radicalmente sua forma de trabalhar em psicoterapia. Dois fatos o levaram a pensar sobre sua forma de trabalho. Em primeiro lugar, um seminário com Otto Rank que lhe causou impacto pela proposta de uma terapia relacional, e em segundo lugar o *insight* sobre o poder do ouvir compreensivo e empático como liberador do potencial autodirecionador do cliente.

De acordo com Boainain (1998), Rogers foi convidado a assumir o cargo de professor residente na Universidade de Ohio, e se mudou para lá em 1940. Ele passou a aperfeiçoar cada vez mais seu ponto de vista, conscientizando-se de que o que propunha, era algo original, uma nova escola em psicoterapia e aconselhamento. Essa conscientização surge no final do ano em Ohio em uma palestra apresentada na Universidade de Minnesota.

De acordo com Tambara e Freire (2007), foi nomeado 11 de Dezembro de 1940 o dia do surgimento da Terapia Centrada no Cliente, pois nesse dia a Universidade de Minnesota organizou uma palestra que teve como palestrante o pesquisador da Universidade de Ohio, Carl Ransom Rogers. O tema abordado era “Os mais recentes conceitos em psicoterapia”, e pensando nisso, Rogers apresentou a sua experiência de dozes anos em trabalho clínico e os resultados da pesquisa que realizou durante o ano de 1940 na qual analisou centenas de gravações de sessões de psicoterapia.

Ao apresentar as quatro características de uma psicoterapia, que desde então seria uma nova tendência, Rogers foi muito criticado, atacado, contestado mais também elogiado e aclamado. Rogers ficou perplexo com a reação do público, pois pensava que o que ele estava apresentando era algo conhecido e praticado pelos psicoterapeutas da época. Foi neste dia que Rogers notou que tinha criado uma nova tendência/abordagem para a psicoterapia e que além de ser algo único e inovador era também revolucionário, algo que não era comum entre os profissionais da sua época.

As quatro características que marcaram

esta nova abordagem citada por Rogers eram:
 a confiança na tendência do indivíduo para o crescimento e a maturidade;
 a ênfase nos sentimentos ao invés da compreensão intelectual;
 a ênfase na situação imediata ao invés do passado do indivíduo;
 reconhecimento de que a própria relação terapêutica é em si mesma uma experiência de crescimento (TAMBARA e FREIRE, 2007, p. 38).

A ACP contém os mesmos princípios da Terapia Centrada no Cliente, podendo ser aplicados em outras situações como educação, relacionamentos interpessoais, grupos, conflitos culturais, etc. A ACP é o conjunto de todas essas aplicações, é um "jeito de ser".

De acordo com Tambara e Freire (2007), na ACP a pessoa não recebe nada passivamente do terapeuta. Não recebe soluções, interpretações, orientações, respostas, encorajamento nem críticas. Nela o terapeuta acredita que a pessoa tem potencial para descobrir seus próprios caminhos, sua própria jornada. Por isso, ele é cliente, pois é agente de seu próprio percurso e não paciente (passivo). Paciente é alguém que tem uma doença e necessita de cura, mas na psicoterapia centrada na pessoa não se fala em cura, pois os sofrimentos existenciais, emocionais e psíquicos não são caracterizados objetivamente como doenças. Portanto, o indivíduo não necessita de diagnósticos e prognósticos.

Considerando a importância desta abordagem dentro do atendimento de grupo torna-se necessário conhecer seus pressupostos básicos.

Segundo Tambara e Freire (2007), os grupos de encontro surgem na década de 60 com Carl Rogers que ao contar com o apoio da WBSI desenvolveu uma nova abordagem no trabalho com grupos, os chamados "Grupos de Encontro". Estes eram pequenos (de oito a doze pessoas), não estruturados, com duração de vinte a sessenta horas de sessões intensivas, fundamentados nos princípios centrados no cliente.

Os grupos de encontro surgem com o objetivo de desenvolver o crescimento pessoal, o aperfeiçoamento da comunicação e relações interpessoais, mediante uma vivência grupal. Nesta dinâmica, o terapeuta tem como papel facilitar as vivências no contexto grupal, partindo

dos princípios da aceitação incondicional, compreensão empática e a congruência de sentimentos e percepções. A partir desses princípios os grupos de encontro possibilitam a manifestação livre de sentimentos positivos e negativos num clima de confiança e aceitação mútua.

Para Rogers (1986), o processo dos grupos de encontro passa por várias fases, as quais não seguem necessariamente uma ordem, sendo:

Fase de hesitação, de andar à volta: fase inicial, em que o facilitador esclarece para os participantes que se trata de um grupo com liberdade incomum. Silêncio e comunicação cerimoniosa, tímida e superficial o que causa certa frustração e confusão nos participantes;

Resistência à expressão ou exploração pessoal: expressão do eu exterior por conta da insegurança e medo de se revelar por não conhecer o outro. Mas isto tende a se ampliar e gradualmente vão revelando algo do eu interior;

Descrição de sentimentos passados: como ainda não existe clima de confiança no grupo, o medo de se abrir leva a manifestar sentimentos passados;

Expressão de sentimentos negativos: primeiro material "aqui e agora" a aparecer. Expressando sentimentos negativos é a melhor maneira de avaliar a liberdade e a confiança do grupo;

Expressão e exploração de material com significado pessoal: início do clima de confiança, liberdade começa a surgir mesmo que arriscada, sentimentos mais íntimos já são manifestados. Conclui que o grupo é seu e que pode ajudar a fazer dele o que deseja;

Expressão de sentimentos interpessoais imediatos no grupo: sentimento de um membro em relação ao outro, o qual pode ser positivo ou negativo. Essas atitudes são analisadas no clima de confiança; *O desenvolvimento de uma capacidade terapêutica no grupo:* capacidade natural que cada membro possui de tratar de modo simples, e terapêutico a dor e sofrimentos dos outros;

Aceitação do eu e começo da mudança: pessoa está mais próxima dela mesma e aceitando-se como ela é favorece a abertura para mudança;

O estalar das fachadas: fase em que as máscaras começam a cair para que o indivíduo seja ele mesmo e não esconda seus sentimentos comuns;

O indivíduo é objeto de reação (feedback) por parte dos outros: é o que o indivíduo sente em relação ao comportamento do outro, o modo como o outro me vê. O feedback pode ser afetuoso ou não;

Confrontação: confronto de um indivíduo com o outro numa relação de igualdade;

Relações de ajuda fora das sessões de grupo: capacidade de se ajudarem e se apoiam fora do grupo;

O encontro básico: contato mais íntimo e direto com os sentimentos do outro;

Expressão de sentimentos positivos e intimidade: crescimento do calor humano, espírito de grupo e confiança;

Mudanças de comportamento no grupo: verifica-se mudanças de gestos, tom de voz, solicitude e ajuda um para com outro, o próprio grupo vai mudando. Relações se tornam mais abertas e honestas;

Dentro da Abordagem Centrada na Pessoa existem dois princípios norteadores que fundamentam o trabalho do facilitador no atendimento grupal: tendência atualizante e a não-diretividade.

De acordo com Justo (2001) a tendência atualizante é o postulado fundamental da teoria de Rogers que acreditava que todo organismo é animado de uma tendência inerente a desenvolver todas as potencialidades. Para Tambara e Freire (2007), a tendência atualizante é a força que todo indivíduo possui de se mover em busca da autonomia, independência, autorealização e de uma maior e melhor socialização. Todo organismo nasce com essa tendência, ela é um fluxo natural, uma capacidade inata a qual impulsiona a pessoa para dentro de si, pois todo indivíduo possui mecanismos necessários para lidar consigo mesmo e com os outros em busca do crescimento e amadurecimento. A confiança que o terapeuta tem no crescimento e maturação do indivíduo é o que irá caracterizar a relação centrada na pessoa. Percebe-se nas mães encarceradas uma força de mudança quando elas se sentem aceitas e acolhidas incondicionalmente no atendimento de grupo. E ainda pelo fato de serem mães, esta força torna-se mais evidente quando elas expressam o desejo de mudar de vida por conta da dor da separação, do distanciamento e da não participação integral na vida de seus filhos. Rogers (2001) afirma que quando se proporciona um clima psicológico adequado, a tendência atualizante é liberada, tornando-se

real ao invés de potencial.

Tambara e Freire (2007, pg. 49), ainda asseveram que “a tendência atualizante pode ser frustrada, impedida ou desvirtuada, mas não pode ser destruída sem que se destrua também o organismo”.

Segundo Boainain (1998), a proposta da terapia não-diretiva nasceu realmente para quebrar a atuação intrusiva e direcional do terapeuta como fatores responsáveis pela mudança do paciente. A função do terapeuta não deveria mais ser tomar as rédeas do processo, dirigindo a investigação, a análise, a reflexão, as atitudes e os procedimentos relacionados à solução dos problemas apresentados. A ideia de Rogers era que o terapeuta simplesmente acreditasse nesse potencial do cliente e parasse de interpretar, diagnosticar, orientar, analisar, aconselhar, prescrever, enfim, dirigir o processo na condição de especialista que sabe o que é melhor para o outro.

Para Freire apud Klöckner (2009) na atitude não diretiva o poder e o controle permanecem o tempo todo com o cliente, é ele que escolhe a direção, ritmo e a forma de prosseguir. O terapeuta confia que só o cliente sabe o momento de prosseguir em frente e o momento que se sente seguro com forças suficientes para superar os obstáculos.

Considerando este princípio no atendimento grupal destas mães encarceradas, percebe-se a existência de um movimento crescente de confiança, quando se acolhe aquilo que elas trazem de suas vivências. Nota-se também que quando o facilitador se coloca de maneira congruente e cria uma atmosfera de confiança, o grupo caminha de acordo com o seu ritmo, levando em consideração o movimento de cada uma dessas mães.

A aplicação destes princípios básicos requer no atendimento grupal algumas atitudes facilitadoras que se tornem necessárias, eficientes e eficazes na mudança terapêutica do cliente. De acordo com Rogers (2001), a aceitação incondicional é quando o terapeuta está vivenciando uma atitude calorosa, positiva e de aceitação para com aquilo que está no seu cliente – medo, confusão, desgosto, orgulho, cólera, ódio, amor, coragem, admiração - isso facilita a mudança.

Para Freire apud Klöckner (2009), aceitação incondicional é quando o terapeuta recebe, escuta e acolhe incondicionalmente aquilo que o cliente está vivenciando e expressando no

momento, sem impor condições e julgamentos. Desta forma, o cliente sente-se seguro e livre para se explorar, se escutar e ser ele mesmo naquele momento.

Segundo Tambara e Freire (2007), essa atitude de aceitação e compreensão do terapeuta proporciona um ambiente favorável para o cliente, no qual ele pode ser “autenticamente ele próprio”, não precisando esconder, projetar ou ocultar seus sentimentos negativos. Nesse ambiente ele tem a liberdade de se expressar, se reconhecer e se aceitar.

A compreensão empática segundo Tambara e Freire (2007), é uma das atitudes facilitadoras do terapeuta, pois se definiu como uma maneira de ser, onde o terapeuta aceita incondicionalmente o outro, abrindo mão de seus pré-conceitos e julgamentos e acolhendo seu cliente de forma calorosa, porém sem perder suas próprias qualidades. Requer muita sensibilidade para sentir e compreender o mundo através da ótica do cliente.

“É somente à medida que compreendo os sentimentos e pensamentos que parece tão terríveis para você, ou tão fracos, ou tão sentimentais, ou tão bizarros – é somente quando eu os vejo como você os vê, e os aceito como a você, que você se sente realmente livre para explorar todos os cantos recônditos e fendas assustadoras de sua experiência interior e frequentemente enterrada” (ROGERS, 2001, p. 38).

Para Freire apud Klöckner (2009), o terapeuta precisa centrar toda sua atenção em escutar o cliente, buscando sentir empaticamente o campo experiencial do cliente, procurando expressar e comunicar essa ressonância mediante respostas-reflexo. A atitude empática permite ao terapeuta tornar-se um amplificador da voz interna do cliente. Essa atitude facilita o acesso do cliente às suas questões internas e amplia seu contato com as experiências organísmicas.

De acordo com Rogers (2001) congruência é quando as relações do terapeuta com o cliente são autênticas e sem máscara nem fachada, exprimindo abertamente os sentimentos e as atitudes que nesse momento fluem nele. Significa que os sentimentos que o terapeuta tiver vivenciando estão disponíveis para ele e ele pode viver esses sentimentos, assumi-los e pode comunicá-los se for o caso. Quanto mais o terapeuta souber ouvir e aceitar o que se pas-

sa em si mesmo, quanto mais ele for capaz de assumir a complexidade dos seus sentimentos sem receios, maior será o seu grau de congruência. Esta realidade proporciona aos outros confiança.

Segundo Freire apud Klöckner (2009), para Rogers, congruência é um estado de acordo entre o autoconceito de um indivíduo e suas experiências organísmicas.

Tambara e Freire (2007), afirmam que a congruência do terapeuta é algo de extrema importância para que ocorra a mudança terapêutica na pessoa. O terapeuta congruente está aberto para a totalidade das experiências do cliente, está sem defesas e autêntico nesta relação. Esta autenticidade não é apenas uma fachada, mas algo genuíno e verdadeiro. Tambara e Freire (2007, p. 86) ainda afirmam que “uma pessoa está congruente quando as suas experiências podem ser acuradamente simbolizadas na consciência sem distorções ou negações”.

De acordo com Freire apud Klöckner (2009), congruência não é o terapeuta compartilhar tudo que está acontecendo no seu mundo interior, ao contrário, precisa deixar de lado suas reações pessoais, expectativas, opiniões e julgamentos, mediante a redução fenomenológica.

Ainda de acordo com Rogers (2001), quando estas três atitudes estão presentes no terapeuta e o cliente as percebe ao menos parcialmente, o movimento terapêutico continua e ambos consideram que o resultado é positivo. Essas atitudes – aceitação incondicional, compreensão empática e congruência - são mais responsáveis pela modificação terapêutica do que o conhecimento e a capacidade técnica do terapeuta.

Considerando que a Abordagem Centrada na Pessoa entende o homem a partir do seu potencial positivo, ou seja, que existe em cada pessoa uma tendência atualizante capaz de proporcionar mudanças, o encontro de grupo quer ser um meio catalisador desta força e gerador de possibilidades, a fim de que seus membros com a ajuda do facilitador tomem consciência desta força positiva incondicional e em contato com ela inicie seu processo de transformação diante dos problemas cotidianos da vida. Conforme Franckl (1989, p. 23) “o homem procura sempre um significado para sua vida. Ele está sempre se movendo em busca de um sentido em seu viver; em outras palavras, devemos considerar aquilo que chamo a vontade de sentido como

um interesse primário do homem”. Portanto, as mulheres presas podem encontrar nelas mesmas as saídas positivas no enfrentamento da dura realidade prisional. Podem resgatar o amor incondicional e melhorarem as relações consigo mesmas, com as companheiras de prisão, com suas famílias e com o mundo. O facilitador por meio da aceitação incondicional, da compreensão empática e da congruência proporcionará a essas mulheres por meio do atendimento grupal encontrar um novo sentido para suas vidas e novas possibilidades de existir no mundo.

A partir da experiência com alunos que prestaram serviços num campo de concentração, Viktor E. Frankl afirma:

Uma ocasião tive como alunos três oficiais americanos que prestaram serviço por um longo tempo – até sete anos – em um campo de prisioneiros de guerra norte-vietnamitas. Pois bem, eles também haviam observado que os prisioneiros, que pensavam que haviam alguém ou alguma coisa que os esperava, eram os que tinha maior probabilidade de sobreviver. A mensagem ou significado que captamos aí é que a sobrevivência dependia da capacidade de orientar a própria vida em direção a um ‘para que coisa’ ou um ‘para quem’. Em outros termos a existência dependia da capacidade de transcender o próprio eu (FRANKL, 1989, p. 29).

Dentro do sistema prisional percebe-se que não há um favorecimento da recuperação da saúde mental das presas e muito menos preparação para a reinserção social, impondo sobre elas uma condição estigmatizada, tirando sua identidade real e atribuindo uma identidade de criminalidade, de delinquência, pois vivem em uma realidade na qual são submetidas a condições violentas de poder, como se merecessem ser maltratadas.

Para Frinhani (2004) o desrespeito aos direitos humanos, encontrado em muitas instituições penais, evidencia a múltipla penalização imposta aos criminosos. A privação da liberdade, exposição ao uso de drogas, o contágio a várias enfermidades, o descumprimento dos dispositivos legais que regulamentam a privação de liberdade, a questão da superlotação, etc., destroem o valor da dignidade humana, assim como a possibilidade de reinserção social

Conforme Guedes (2006) o sistema prisional brasileiro vive uma crise aguda devido

às péssimas condições de vida dentro dos presídios e carceragens e os frequentes casos de corrupções envolvendo policiais, funcionários e juízes noticiados pelos meios de comunicação social. Portanto, o sistema prisional parece não favorecer em nada a intervenção da violência e da criminalidade, ao contrário, parece reforçar e contribuir para que a violência se consolide.

Segundo Assis e Constantino (2001, p. 284) “existe um imaginário social construído em torno da criminalidade feminina que é acolhido inclusive por autoridades como juízes, delegados, carcereiros, advogados, etc.”. Este imaginário é muitas vezes construído de forma preconceituosa e estigmatizante, devido ao excesso de programas televisivos e outros meios midiáticos.

De acordo com Lopes (2004), a prisão é um mundo em que as contradições são vividas assustadoramente de modo intenso, onde viver o presente é um exercício permanente de sofrimento. Portanto, se vive na oscilação de passado e futuro, no qual recordar e sonhar são meios curativos contra os males da prisão e proporcionam uma vivência cotidiana menos dolorida.

A prisão é composta em sua maioria por pessoas pobres, as quais sofrem uma invisibilidade grave. Os presidiários são vistos como inferiores, não confiáveis, são controlados e vigiados e devemos esperar sempre as piores coisas deles.

Lopes (2004, p.72) acrescenta dizendo que: “as prisões roubam muitas coisas de seus internos: a dignidade, a autonomia, a autoestima e por vezes até a esperança, mas não podem levar deles a capacidade de recordar e sonhar”.

De acordo com Stella (2000) apud Stella (2009):

A prisão é uma instituição total que [...] possui um caráter punitivo e correccional, podendo gerar um atributo estigmatizante aos homens e mulheres presos; isto é, a prisão gera em seus internos, ou até mesmo ex-internos, uma situação de inabilidade para a aceitação social plena. Goffman (1988) afirma que tal estigma se estende além do indivíduo estigmatizado; para ele, a pessoa que se relaciona com outra estigmatizada (como os presidiários) através de uma estrutura social (como filiação) possibilita a sociedade considerar ambos uma só pessoa (STELLA, 2000, p. 48).

Segundo Pio (2006) a Lei de Execução Penal (LEP) adotada em 1984, tem como foco em inciso 23 a “ressocialização das pessoas condenadas” e “(...) reconhece um respeito saudável aos direitos humanos dos presos e contém várias provisões ordenando tratamento individualizado, protegendo os direitos substantivos e processuais dos presos e garantindo assistência médica, jurídica, educacional, social, religiosa e material”. Mas, diante da complexidade do mundo atual o que piora o sistema prisional é a falta de infraestrutura física adequada que garanta o cumprimento da Lei e reduza os problemas de superlotações nas cadeias do Brasil, os quais se apresentam de forma desumana.

Essa situação penaliza a sociedade e poucos se envolvem na busca de soluções que diminuam os problemas, favorecendo crescimento da população no sistema carcerário, bem como, corrompendo ao invés de curar, gerando uma contaminação mútua e uma corrupção moral coletiva. Urge então, mais uma vez a necessidade de se pensar na humanização do sistema prisional brasileiro e da completa extinção desta modalidade atual.

Para Assis (2007) a grande crise no sistema prisional que o país vive hoje é devido às más condições de vida, as desqualificações de profissionais e até a corrupção entre eles. A superlotação, precariedade, insalubridade, má alimentação, o sedentarismo, uso de drogas, falta de higiene e outros fatores estruturais, tornam as pessoas presas vulneráveis ao contágio de doenças e epidemias.

Segundo Rita (2008) há um aumento significativo de mulheres presas nos últimos anos no Brasil e estimula-se que quase a metade delas espera ser julgadas. Elas são, muitas vezes, mães de família que ocuparam cargos no tráfico depois da morte dos maridos que já estavam envolvidos no tráfico. A mulher ainda tem mais facilidade em acessar o mundo do tráfico e por isso mesmo são usadas como “mula”, ou seja, carregadoras de drogas. Outras são presas por levarem drogas no dia da visita aos seus parceiros que estão presos.

Ainda de acordo com Rita (2008) as presas são mulheres com pouquíssimas chances de mobilidade social e que vivem em situação de altíssima vulnerabilidade, tendo suas peculiaridades femininas - como parto e maternidade - desrespeitadas pelo sistema prisional. As mulheres presas além de serem esquecidas pelo Estado,

pela justiça também são abandonadas por suas famílias e companheiros. Enquanto 85% dos homens presos recebem visitas femininas, de suas companheiras, de suas namoradas, suas esposas, apenas 8% das mulheres continuam recebendo visitas de seus companheiros.

De acordo Misciasci (2009) os estabelecimentos prisionais femininos, que foram sendo criados dentro de um “improviso emergencial” estão em sua maioria, inapropriados e totalmente precários sobre todos os aspectos, não oferecendo nem a mínima condição de dignidade, para que se cumpra a cautela prisional e/ou a sentença penal condenatória.

Ao discorrer sobre o sistema prisional enfatizando o cárcere feminino, há necessidade de se compreender como se dá a vivência da mãe no processo do desenvolvimento psicológico de seus descendentes e inferir o quanto fica prejudicada a relação da mãe com seus filhos por conta desta realidade situacional da prisão. Portanto, faz-se necessário compreender o desenvolvimento humano, ou seja, a constituição do self na perspectiva humanista de Rogers.

De acordo com Rogers (2001) a origem do self se dá quando a criança começa paulatinamente, a perceber os objetos de seu ambiente e a ligar significados a esses objetos. A percepção desses objetos com as significações que possuem para ela, constituem seu campo fenomenal. O self é o conjunto de percepções, organizado, porém mutável, referente ao indivíduo, às suas relações com os outros, com o ambiente, com a vida em geral, assim como aos valores por ele atribuídos a essas percepções.

Ainda conforme Rogers (2001) a necessidade de consideração positiva nasce da relação inicial da criança com seus pais. Na medida em que o *self* se desenvolve, desenvolve-se também essa necessidade tornando-a universal, aparecendo de maneira contínua e penetrante. O homem possui a exigência de ser apreciado pelos outros, de ser amado e reconhecido. Então, os pais exercem um papel significativo no desenvolvimento da personalidade de seus filhos e para que o *self* tenha um desenvolvimento adequado, a criança precisa sentir-se amada, aceita e compreendida mesmo quando corrigida em seus modos de agir. Esta compreensão proporcionará sadia estruturação do *self*, sem negação nem deformação da experiência.

Portanto, a família é o primeiro agente socializante na vida de qualquer ser humano.

De acordo com Papalia (2006) as influências mais importantes do ambiente familiar sobre o desenvolvimento das crianças são provenientes do clima no ambiente doméstico, onde o lar e as pessoas que convivem são muito importantes na vida de uma criança. A estrutura e a atmosfera familiar são fatores essenciais para conseguir compreender a criança na família e aspectos de seu desenvolvimento. Alguns aspectos como emprego, situação socioeconômica dos pais, urbanização, alterações no tamanho da família, divórcio, novo casamento, valores culturais, papéis dos integrantes da família, etc., influenciam a estrutura familiar bem como o desenvolvimento infantil.

Papalia (2006) ainda ressalta que a forma como pais e filhos resolvem conflitos é mais importante do que os resultados específicos. Por meio do conflito familiar, as crianças aprendem sobre regras e padrões de comportamento, também aprendem sobre que tipo de questões vale à pena discutir e que estratégias podem ser eficazes.

Embora a estrutura familiar venha se diversificando, sendo possível visualizar um crescente número de famílias não-tradicionais, famílias de pais solteiros, de homossexuais masculinos, femininos e famílias chefiadas por avós, as pesquisas constataram que as crianças tendem a se sair melhor em famílias tradicionais, aquelas que incluem um casal e seus filhos biológicos ou as crianças adotadas no primeiro ano de vida.

De acordo com Mello (1997) há um novo modo de organização familiar: os aglomerados familiares, ampliando o conceito tradicional de família, os aglomerados são compostos por três tipos de laços: a família nuclear propriamente; a família composta por várias famílias nucleares que por dificuldades econômicas moram juntas; a família que abriga parentes de parentes e compadres sem vínculos consanguíneos. São denominadas aglomeradas também as famílias que moram perto umas das outras e que se mantêm unidas.

Para Stella (2009), a mãe, em nossa sociedade, ainda é a principal responsável pelos filhos, assumindo um papel central na socialização dos indivíduos, na transmissão da cultura e até mesmo como figura comprometida em inserir as crianças em um meio socializador como a escola. Esse papel dado à mãe teve um grande apoio do campo teórico, principalmente

da Psicologia, que enfatiza a importância do vínculo mãe-bebê para o desenvolvimento normal e saudável da criança, acarretando consequências desastrosas para a criança quando esse vínculo é quebrado. De fato, ser mãe não é apenas alimentar, mas inclui o conforto do contato físico, do apego, do acolhimento, do amor, do cuidado, dentre outras características próprias do ser mãe.

Esta vasta exposição da realidade sobre o papel materno revela os obstáculos que a mulher encarcerada sofre para exercer suas atribuições, perdendo de vista fases do desenvolvimento dos filhos devido às impossibilidades de acompanhamento.

De acordo com Guedes (2006), os lares das mulheres presas sofrem também alterações, no qual os filhos mais velhos passam a cuidar da casa e dos irmãos mais novos e os vínculos familiares também são quebrados por causa do sofrimento e constrangimento. As mães presas esperam muito serem perdoadas pelos seus filhos. A saudade da família é uma constante no cotidiano da mãe presa, inclusive algumas relatam que passaram a valorizar mais o convívio familiar. Elas aguardam com ansiedade o momento da visita e quando os filhos não aparecem, elas normalmente buscam uma justificativa.

A sociedade acaba muitas vezes fazendo julgamentos preconceituosos sobre a maternidade de mulheres encarceradas, estigmatizando-as como mães más, desastrosas que não amam seus filhos. De acordo com Lopes (2004):

Mulheres encarceradas são mães como outras. Admitir o contrário é imputar a elas penas adicionais. O que se necessita, na realidade, é conhecer como elas têm exercido essa maternidade para além dos estereótipos a elas imputados, necessitamos nos aproximar dessas mulheres com simpatia (LOPES, 2004, p. 70).

Nota-se a partir de relatos vivenciais que algumas mulheres engravidam e têm o filho na prisão, os quais permanecem por um período de tempo muito curto com a mãe, porém, não há uma norma geral para todas as prisões. Outras que tiveram filhos antes de serem presas e conviveram um período junto com eles, relatam o sofrimento e a saudade. A visita semanal, apesar de breve, é muito intensa por ser a única oportunidade de contato físico com os filhos e familiares. Durante as visitas, a mãe encarcerada

tenta dar todo o carinho possível, bem como dar todas as orientações necessárias para os filhos, porém a despedida gera muita tristeza e sofrimento, em que as crianças choram pela angústia da separação da mãe, e os filhos maiores por ter que deixá-la aprisionada naquele lugar. Ambos sofrem com a distância imposta na relação mãe-filho, porém a mulher encarcerada se desdobra para mostrar aos filhos uma postura forte e inabalável. Percebe-se que a falta de espaço e ambiente acolhedor que possibilite que essa mulher fale de seus sentimentos dolorosos, deixa-a cada vez mais abatida, até mesmo porque a própria hierarquia existente dentro da prisão obriga-as a camuflarem seus sentimentos, não importando a natureza destes, bons ou ruins.

Segundo Lopes (2004), no cárcere há normas que acabam transmitindo aos filhos a mensagem de que se a mãe é uma criminosa eles também podem ser criminosos, obrigando-os desta forma a se submeterem antes das visitas à infames rituais de fiscalização, os quais são humilhantes e angustiantes.

O sistema penitenciário adotou esse tipo de norma como forma de prevenção, tentando evitar a entrada de objetos e substâncias ilícitas. Tal norma é utilizada por que várias pessoas usaram a visitação como um meio de adentrar a cadeia com conteúdos não permitidos, levando desta forma a uma generalização do caso. Lopes (2004, p. 71) acrescenta dizendo: "As revisitas não são feitas apenas nos alimentos levados a compartilhar, os corpos dos visitantes são rastreados até a máxima intimidade dos genitais".

Stella (2009, s.p) ainda discute a influência materna na vida dos filhos, tanto no âmbito social, em que eles sofrem preconceito pela sociedade por ter uma mãe encarcerada, bem como a influência no desenvolvimento da personalidade, dizendo: "a criminalidade materna pode afetar socialmente os filhos, sendo punidos com o estigma, o ostracismo e a violência, especialmente no ambiente escolar".

O telefone, as cartas e as visitas são meios que favorecem as mães manterem contatos com seus filhos, sendo que a visita é o modo mais direto da relação entre ambos. Porém, isso ainda não é suficiente para o fortalecimento das relações entre as mães presas e seus filhos e nem todos esses meios são alcançados por todas as mães presas, porque algumas prisões não disponibilizam telefone, muitas mães são analfabetas e as visitas normalmente aconte-

cem uma vez por semana. O número elevado de filhos também se torna um problema para o fortalecimento do vínculo das mães presas com seus filhos, porque elas estabelecem um sistema de rodízios, revendo cada um de seus filhos com uma frequência muito baixa.

Portanto, diante desta realidade, as mães presas precisam se esforçar significativamente se quiserem manter uma relação, ainda que tenra, com seus filhos. Porém, percebe-se que a prisão, por sua natureza excludente, não oferece recursos para que esta relação se mantenha em níveis aceitáveis, ao contrário, cria um número considerável de barreiras, ampliando a dor e o sofrimento, tanto para as mães como para seus filhos. Nota-se ainda que a maternidade é um fator preponderante no movimento vital desta mulher, pois seus filhos são reais motivos de mobilização na busca de mudança de vida. E a Abordagem Centrada na Pessoa por meio do atendimento de grupo visa proporcionar um espaço de escuta e aceitação incondicional dessas mulheres, a fim de otimizá-las no dinâmico processo de constituição do self.

CONCLUSÃO

A ciência psicológica com seus múltiplos enfoques ainda considera a mãe como figura primordial no desenvolvimento da pessoa. Diante da realidade das mães encarceradas e dos resultados de pesquisas, fica evidente o prejuízo dessas relações quando essas mães deixam seus filhos com parentes, amigos ou instituições porque a maioria de seus maridos ou parceiros também estão presos. As relações são ainda prejudicadas por causa da distância real entre mãe e filho que leva a perda do contato permanente, restringindo este contato por um período muito curto ou até mesmo não ocorrendo pela dependência de outros. Por mais que a mãe se esforce para acompanhar o desenvolvimento do seu filho ela se sente limitada pelas grades da prisão, ou seja, ela não consegue mais estar presente no dia a dia do filho, assumindo o papel involuntário de mãe ausente.

O sistema prisional brasileiro pensado e construído para homens, ainda se apresenta como excludente, desumano e não considera as relações de gênero, apesar de se ter iniciado um processo de conscientização, devido ao aumento da demanda feminina nas últimas décadas. A realidade hoje se apresenta muito diferente

do que se presumia e esperava em relação ao sexo feminino. Na atualidade, é notório a entrada da mulher no universo da marginalidade, devido a vários fatores: facilidade do ingresso, a obrigação da admissão nesses grupos devido a dependência afetiva e/ou financeira com seus maridos ou companheiros e as condições sócio econômicas.

O desenvolvimento deste artigo propiciou uma reflexão sobre o quanto a maternidade mobiliza e fortalece o desejo da mulher encarcerada na busca de uma nova vida. O sofrimento e o sentimento de culpa pela separação de seus filhos parecem otimizar o desejo de algumas dessas mães em estarem novamente ao lado de seus filhos e reconstruírem seus lares almejando se distanciarem do mundo da marginalidade.

Portanto, discorrer sobre este tema trouxe-nos novos conhecimentos, apesar da limitação de literatura existente, mas o contato com esta pesquisa estimula a necessidade de se aprofundar no conhecimento desta realidade e contribuir com o processo de humanização do sistema prisional brasileiro, quanto à realidade da mulher/mãe encarcerada, a fim de buscar novas alternativas prisionais que diminuam o sofrimento desta separação e proporcionem um contato maior e melhor entre mães e filhos.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, R. D. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro**. 2007. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3481/A-realidade-atual-do-sistema-penitenciario-brasileiro>>. Acesso em: 20 abr. 2010.
- ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. **Filhas do mundo: infração juvenil no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- BOAINAIN, E. J. **Tornar-se transpessoal: transcendência e espiritualidade na obra de Carl Rogers**. São Paulo: Summus, 1998.
- FRANKL, V. E. **Um sentido para a vida: psicoterapia e humanismo**. Aparecida: Santuário, 1989.
- FREIRE, E. **Psicoterapia centrada na pessoa: uma jornada em busca de auto-realização e plenitude**. In: KLÖCKNER, F. C. de S. (Org.). **Abordagem centrada na pessoa: a psicologia humanista em diferentes contextos**. Londrina: Unifil, 2009.
- FRINHANI, F. M. D. **Mulheres aprisionadas: representando o universo prisional**. 2004. 146 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.
- GUEDES, M. A. **Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino**. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 26, n. 4, dez. 2006.
- INFOPEN – **Sistema Integrado de Informações Penitenciárias. Programa centraliza informações sobre detentos e seus processos**. 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?ViewID=%7B502CE7CD%2D04D7%2D4AF8%2DBE91%2DFDF885832406%7D¶ms=itemID=%7BED7B7A39%2DC202%2D4858%2D969B%2D17816EC9AFBC%7D;&UIPartUID=%7B2218FAF9%2D5230%2D431C%2DA9E3%2DE780D3E67DFE%7D>>. Acesso em: 23 maio 2010.
- JUSTO, H. **Cresça e faça crescer: lições de Carl Rogers**. 7. ed. Canoas: La Salle, 2001.
- LOPES, R. **Prisioneiras de uma mesma história: o amor materno atrás das grades**. 2004. 268 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- MELLO, S. L. **Família: perspectiva teórica e observação factual**. In: CARVALHO, M. do C. B. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1997.
- MISCIASCI, E. **Aumento das mulheres no mundo do crime**. Revista Zap, 2009. Disponível em: <<http://www.eunanet.net/beth/revistazap/topicos/aumentocrime1.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2010.
- PAPALIA, D. E. **Desenvolvimento humano**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- PIO, C. **Sistema prisional e psicologia: inúmeros desafios**. Portal dos Psicólogos, 2006. Disponível em: <<http://www.psicologia.com.pt>>. Acesso: 18 maio 2010.

RITA, R. P. S. **Mulheres presas com suas crianças.** Revista Zap, Boletim Informativo, 2008. Disponível em: <<http://www.eunanet.net/beth/revistazap/topicos/aumentocrime1.htm>>. Acesso em: 13 maio 2010.

ROGERS, C. R. **Tornar-se pessoa.** 5. ed. São Paulo: M. Fontes, 2001.

STELLA, C. **Filhos de mulheres presas: o papel materno na socialização dos indivíduos.** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvpsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000200003>. Acesso em: 25 jun. 2010.

TAMBARA, N.; FREIRE, E. **Terapia centrada no cliente, teoria e prática: um caminho sem volta.** Porto Alegre: Delphos, 2007.

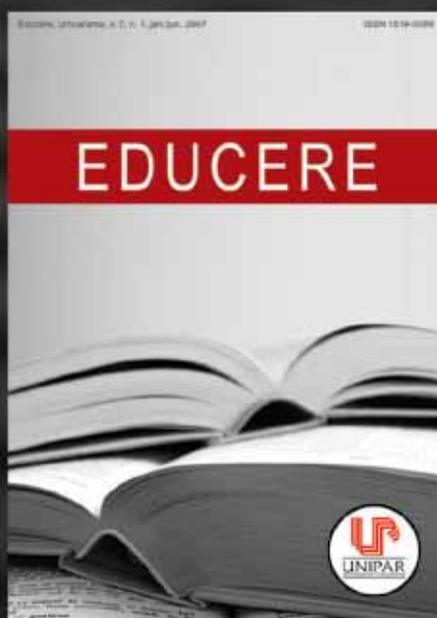
LA MATERNIDAD DE LA MUJER ENCARCELADA

RESUMEN: Este artículo busca conocer la situación actual de la mujer inserta en el sistema de prisión brasileño y comprender la importancia del ser madre en la constitución de la persona y como la mujer/madre ejerce su maternidad estando detenida. También se busca presentar la contribución que el Abordaje Centrada en la Persona puede aliviar el sufrimiento causado por esta separación, a través de un grupo de atención, pues la misma cree en la tendencia de actualización existente en cada persona que impulsa la búsqueda del crecimiento y de la autorrealización. Así, se hace necesario discurrir sobre el desarrollo histórico de la Psicología Humanista y del Abordaje Centrada en la Persona, sus conceptos fundamentales; el sistema de prisión brasileño con énfasis en el femenino; la importancia materna en la constitución de la persona y por fin el papel materno de la mujer encarcelada. El contacto con esta investigación estimula la necesidad de profundizarse en el conocimiento de esta realidad y contribuir con el proceso de humanización del sistema de prisión brasileño, cuanto a la realidad mujer/madre encarcelada, en búsqueda de nuevas alternativas de prisión que disminuya el sufrimiento de esta separación y proporcione un contacto mayor y mejor entre madres e hijos.

PALABRAS CLAVE: Abordaje Centrada en la Persona; Sistema de prisión; Mujer encarcelada; Maternidad.

EDUCERE

Revista de Educação - ISSN 1519-0099



- Publica trabalhos na área da Educação, tais como ensino-aprendizagem, políticas e práticas da Educação Básica e Ensino Superior, dentre outras.
- Periodicidade: Semestral
- e-mail: educere@unipar.br
<http://revistas.unipar.br/educere>

O CONHECIMENTO NÃO É NADA SE NÃO FOR COMPARTILHADO

